

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.391 - SP
(2019/0042148-4)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : MANOEL MORENO BILTGE
EMBARGANTE : WARLEY MARTINS
EMBARGANTE : ADRIANO CLAYTON DA SILVA
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS DE PAIVA JUNIOR
EMBARGANTE : ANTONIO NODIR FRANCO DA ROSA
EMBARGANTE : ARI PEREIRA LIMA
EMBARGANTE : DANIEL LOPES PANDOLFI
EMBARGANTE : DANIELA COLLINO GARCIA
EMBARGANTE : DEUSA MARIA DE SOUZA PEREZ
EMBARGANTE : DOLAINÉ REGINA DE SOUSA COIMBRA SANTOS
EMBARGANTE : EDSON CARLOS DE ALENCAR SALLES
EMBARGANTE : FABIULA FERREIRA CARDOSO BRAGA
EMBARGANTE : JOAO BATISTA DE BARROS
EMBARGANTE : JOAO LUIS LOPES PANDOLFI
EMBARGANTE : JOSE MANOEL CARDOZO DO AMARAL
EMBARGANTE : LUIS ANTONIO RIBEIRO
EMBARGANTE : MANOEL MESSIAS DA SILVA
EMBARGANTE : MARCO ANTONIO FREITAS SANTANA
EMBARGANTE : MARCOS APARECIDO CORDEIRO RAMOS
EMBARGANTE : MARIA AUXILIADORA MIRANDOLA BENATTI
EMBARGANTE : PAULO SIDNEI BEZERRA TORRES
EMBARGANTE : RENATA GOLMIA CASTRO JUNQUEIRA
EMBARGANTE : RENATO DE ALMEIDA VILAR
EMBARGANTE : RICARDO GIACOMIN
EMBARGANTE : ROSE HELENA BRUNIERA
EMBARGANTE : SANDRA RITA DO COUTO
EMBARGANTE : SAULO ANTONIO DA SILVA MACIEL
EMBARGANTE : SILVIO NOMURA
EMBARGANTE : VALDIRENE APARECIDA BOSCOLO GALUPO
EMBARGANTE : WANDER PINHEIRO BARBOSA
EMBARGANTE : ZENILDE PEREIRA LIMA PICCOLO
ADVOGADOS : MANOEL MORENO BILTGE (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP144642
DÉBORAH MONTE BILTGE E OUTRO(S) - SP253844
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar,

Superior Tribunal de Justiça

aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do *decisum* ao entendimento da parte embargante, nem ao acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida. Precedentes.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do julgado, o que é inviável nesta seara recursal.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator